

HABEAS CORPUS Nº 548.353 - SP (2019/0355682-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JANDER CESAR DE CARVALHO
ADVOGADO : JANDER CESAR DE CARVALHO - SP0255518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS LOPES DO AMOR DIVINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de MARCOS LOPES DO AMOR DIVINO contra acórdão proferido pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2142420-33.2019.8.26.0000.

O paciente foi denunciado porque, no dia 18 de julho de 2012 teria matado Achileus Gabriel Alves Batista. O paciente foi denunciado e, posteriormente, pronunciado pelo art. 121, § 2º, inciso I, do Código Penal.

A defesa impetrou prévio *mandamus* postulando, em suma, o trancamento da ação penal em razão de suposta ausência de justa causa para seu exercício.

A ordem, contudo, foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 35):

Habeas corpus.

Possibilidade de indeferimento liminar pela Turma Julgadora Interpretação a que conduzem o artigo 93, inciso XV da Constituição Federal, artigo 663 do Código de Processo Penal e artigo 248 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alegação de inocência do réu Tema cujo desate depende de prova e, por isso, não é adequado ao habeas corpus.

Excesso de prazo O prazo estabelecido na lei para a prisão processual não tem caráter absoluto, podendo ser prorrogado se o recomendarem a periculosidade do réu, a gravidade do delito, o procedimento adotado e os incidentes e dificuldade específicos da relação jurídica Hipótese em que tais

Superior Tribunal de Justiça

considerações afastam o constrangimento ilegal.

Writ denegado.

Neste *writ*, a defesa informa que o inquérito policial havia sido arquivado, mas foi reaberto a partir da notícia de que o ora paciente estava sendo processado criminalmente em razão da morte de Jorge Carlos Vieira, testemunha de acusação do crime objeto dessa impetração.

A defesa, contudo, entende que não estão presentes os requisitos enunciados pelo verbete n. 524 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e do art. 18 do Código de Processo Penal. Argumenta que o ora paciente não foi pronunciado pelo homicídio de Jorge Carlos, encerrando-se, assim, aquele feito que teria dado ensejo à reabertura do inquérito policial e, posteriormente, resultou na Ação Penal n. 0017322-03.2012.8.26.0361, que ora se busca trancar.

Diante desses argumentos, busca, liminarmente, a revogação da custódia cautelar, que já se prolonga por quatro anos, um mês e sete dias. No mérito, requer o trancamento da ação penal.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Entretanto, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.

Neste caso, a segregação cautelar foi justificado pela *elevada periculosidade do agente*, considerando a gravidade concreta da conduta.

Além disso, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as

Superior Tribunal de Justiça

peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica, de plano, na espécie.

Além disso, conforme informado pela Corte de origem, já houve decisão de pronúncia desfavorável ao ora paciente, fazendo incidir ao caso o enunciado n. 21 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não obstante os argumentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar está imbricado com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator